

Conjuntura internacional

A disputa pela hegemonia mundial ganhou novos contornos nos últimos meses. A ofensiva de Donald Trump na América Latina demonstra a retomada de uma lógica imperialista sob a roupagem do “Big Stick”. Isso se reflete nas ameaças de guerra contra Venezuela, nos ataques diretos ao presidente da Colômbia, Gustavo Petro, e no tarifaço de 50 % aplicado pelo governo dos EUA aos produtos brasileiros. Esses ataques têm razões econômicas muito evidentes — em particular a disputa pelo petróleo, pelas terras raras e demais riquezas naturais da região. Em nome de um discurso falacioso de combate ao “narcoterrorismo”, o governo Trump bombardeou barcos em águas internacionais sem apresentar provas concretas, elevando a tensão na região do Caribe e na costa do Pacífico próxima à Colômbia.

Ainda na América Latina, as recentes eleições parlamentares na Argentina demonstraram a força da extrema-direita, mesmo diante de dados socioeconômicos desastrosos do governo Javier Milei. A abstenção foi uma das maiores registradas — o que indica desgosto e desesperança da população argentina em relação à política como instrumento de transformação. As eleições argentinas também alertam sobre a força política da extrema-direita, que não deve ser subestimada em nenhuma parte da nossa região. A interferência aberta do governo dos Estados Unidos na campanha eleitoral argentina também reflete a profundidade da ameaça imperialista comandada por Donald Trump em nossa região. Em um gesto sem precedentes, Trump disponibilizou a Milei um pacote de ajuda de US\$ 20 bilhões e a promessa de outros US\$ 20 bilhões, se necessário, para evitar o colapso da economia no país e a derrota de Milei nas eleições. Nesse sentido, não podemos descartar tentativas de desestabilização do processo eleitoral brasileiro em 2026, ou ao menos novos episódios de chantagem econômica em nosso país.

No Oriente Médio, Israel rompeu o acordo firmado com o Hamas e o governo dos EUA, e segue com o plano macabro de genocídio do povo palestino. Mesmo com a violação do acordo, não houve retaliação ou declaração internacional mais contundente contra Benjamin Netanyahu. Mais uma vez, o Norte global age como cúmplice silencioso do vergonhoso massacre.

Conjuntura nacional

Nos últimos dias, o Brasil foi impactado pela operação policial mais letal da história do país — uma ação midiática e eleitoreira do governo estadual de Cláudio Castro, que espalhou a política do terror no Complexo do Alemão e da Penha. O resultado foi desastroso: mais de 121 mortes, sendo quatro delas de agentes de segurança pública. O PSOL expressou repúdio diante dessa operação falida — que não cumpriu seu objetivo principal e deixou um rastro de terror em toda a comunidade.

Essa não foi uma ação isolada, mas parte de uma política deliberada de extermínio da juventude negra e periférica, travestida de “combate ao crime organizado”. O governo do Rio de Janeiro tem recorrido sistematicamente à violência como plataforma política. É preciso lembrar que, em 2017, um ano antes da eleição presidencial, ocorreu a Chacina do Salgueiro; em 2021, às vésperas da reeleição de Cláudio Castro, a do Jacarezinho — até então a mais letal da história. Agora, novamente, uma chacina ocorre a um ano da eleição. A repetição desse padrão revela o uso político da morte como instrumento eleitoral da extrema-direita fluminense.

Por trás da retórica de enfrentamento ao tráfico, há uma disputa territorial e econômica entre facções e milícias. A atual operação também se insere nesse contexto: é parte da disputa das milícias pelo controle de territórios e do mercado ilegal, que inclui armas, drogas, imóveis e serviços. O avanço do poder econômico das milícias — cada vez mais articuladas com agentes do Estado e setores da elite — é um dos fenômenos mais graves da conjuntura fluminense e nacional. O PSOL exige medidas concretas e imediatas. É preciso agir agora, e algumas medidas são possíveis:

- Perícia independente e a federalização das investigações, garantindo transparência e autonomia frente ao governo estadual;
- Responsabilização de toda a cadeia de comando envolvida na operação, - inclusive das autoridades políticas que a autorizaram e defenderam publicamente;
- Iniciativas legislativas que priorizem um sistema integrado das polícias, colaborando com o combate as facções criminosas e as milicianas.

Defendemos uma política de segurança pública que promova mudanças estruturais tanto no modelo da política sobre drogas quanto no modelo policial brasileiro, combatendo firmemente e com inteligência as milícias, o crime organizado e as facções criminosas, seja em seus modos de financeirização, em sua cúpula e em seus contatos com atores do Estado e da elite e assegurando proteção à população com respeito aos Direitos Humanos. A política de segurança pública não pode variar conforme o CEP, sob pena de legitimar o

terror contra os mais pobres. Um bom exemplo de operação bem sucedida é a operação “Carbono Oculto”, que revelou movimentações bilionárias do crime organizado no centro da Faria Lima — sem dar sequer nenhum único tiro.

Não se pode descartar que esse massacre esteja inserido em uma articulação da extrema-direita alinhada à política internacional de Trump, que recorre ao combate ao “narcoterrorismo” como construção simbólica de inimigos externos a serem combatidos e para realizar a sua dominação imperialista — justificando assim o uso ostensivo do aparato militar contra a população civil. Não é uma coincidência que Flávio Bolsonaro tenha dado uma declaração uma semana antes da operação sugerindo ataques militares na Baía da Guanabara para combater o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Além disso, a operação está ligada a uma tentativa de redefinir a agenda nacional, emparedando o governo no tema da segurança pública.

No plano externo-econômico, o impacto do tarifaço dos EUA — articulado diretamente por Eduardo Bolsonaro — reacendeu o debate sobre soberania e impulsionou a agenda direitos sociais no Brasil. O presidente Lula posicionou-se de forma firme e altiva, defendendo a soberania nacional sem submissão. Isso permitiu que, após uma década, a esquerda retomasse símbolos nacionais — um dos momentos mais emblemáticos foi o contraste entre a bandeira dos EUA num ato bolsonarista e a do Brasil num ato dos movimentos populares no dia 7 de setembro.

A prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro, utilizada como um dos argumentos do tarifaço de Trump, revelou que parte da burguesia brasileira não aceita mais o projeto autoritário e radical do bolsonarismo. Foi uma derrota importante para o golpismo — um marco histórico, pois é a primeira vez no país que um ex-presidente, civis e militares de alta patente são condenados por tentativa de golpe de Estado. Foi uma vitória importante das forças democráticas. A prisão de Bolsonaro também gerou fissuras no campo da extrema-direita, deixando o cenário eleitoral de 2026 ainda mais incerto.

O Congresso Nacional segue amplamente desconectado das agendas que realmente importam para o povo brasileiro. A semana em que se votou a PEC da Blindagem e a urgência da Anistia foi demonstração cabal desse escárnio. De forma acertada, o PSOL somou-se aos movimentos populares da Frente Povo Sem Medo, no ato do dia 21 de setembro — que representou um ponto de inflexão: foi a primeira vez em dez anos que a esquerda superou a ultra-direita nas ruas. A força da mobilização social teve como consequência não só a derrubada da PEC da Blindagem, mas também a aprovação da isenção do imposto de renda para quem ganha até cinco mil reais — aprovado na semana

seguinte. Esse exemplo demonstra que, em uma correlação de forças institucional tão desfavorável como a que temos no Congresso, apostar na mobilização social torna-se uma das formas mais eficazes de alcançar vitórias populares. Por isso, desde o início do governo Lula, o PSOL tem disputado a importância da mobilização popular, e cumpre um importante papel na disputa das agendas políticas — como o fim da escala 6×1 e a taxação do BBB (bancos, bets e bilionários). O PSOL também está muito bem localizado na luta por tarifa zero, que voltou a ganhar centralidade impulsionado pelas mobilizações em Belo Horizonte. A declaração de Guilherme Boulos no ato de posse como Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República defendendo essas bandeiras e a necessidade de colocar o governo na rua fortalece a posição do PSOL de defesa de governar à quente, apoiando-se nas mobilizações populares.

É fundamental que, diante de um Congresso que age em causa própria, para o próximo ano seja construída uma democracia mais representativa — um “congresso do povo”, com parlamentares comprometidos e conectados com as urgências populares: redistribuir renda, taxar os super-ricos, aumentar investimentos em serviços públicos e aumentar os direitos sociais e trabalhistas.

Novembro é o mês da luta antirracista e também da realização da COP 30 no Brasil. O PSOL convoca toda sua militância para construir atividades públicas, debates em torno da pauta antirracista, assim como a participar da Marcha de Mulheres Negras e das manifestações no feriado do dia da Consciência Negra. Em relação à COP 30, o PSOL deve cumprir o papel de reconhecer a situação de emergência climática que vivemos e disputar uma agenda que passe pelo reconhecimento dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e povos da floresta como guardiões dos territórios, além da necessidade de realizar a transição energética que supere a utilização de combustíveis fósseis com justiça socioambiental, além da ideia do neocolonialismo verde de criar zonas de sacrifício em territórios periféricos, em especial o sul-global. Nesse sentido, reforçando o papel global do Brasil na agenda pela transição energética, é preciso seguir construindo alternativas para não explorar e utilizar combustíveis fósseis, inclusive evitando a exploração de petróleo na foz do Amazonas, reforçando a proteção do bioma, no qual a taxa de desmatamento em áreas de conservação foi reduzida em 31% em 2025.

- 1. Só a luta muda a vida! Governar “a quente”: priorizar a relação com as ruas e os movimentos sociais!**

- 2. Pela taxação dos mais ricos, fortalecer a luta contra a escala 6×1 e pela tarifa zero.**
- 3. Por justiça climática e social!**
- 4. Rumo à Marcha das Mulheres Negras!**
- 5. Sem anistia!**
- 6. Por um Congresso do Povo!**

Para a COP 30 resgatamos 13 pontos aprovados pela Executiva Nacional e lançado documento do PSOL em São Paulo em agosto deste ano:

1. Decretação de situação de Emergência Climática, reconhecimento constitucional da Natureza como sujeito de direitos e revisão das metas de NDC para redução de emissão dos gases efeito estufa em 60% até 2030 e 100% até 2040. Atuação com liderança do Brasil por uma reforma estrutural do sistema de financiamento internacional, pautando a criação e ampliação de fundos majoritariamente públicos e não reembolsáveis, voltados à justiça socioambiental e climática, e às necessidades do Sul Global.
2. Imposição de metas de diminuição da pegada ecológica do agronegócio atreladas a sanções econômicas, uma vez que é o setor com maior responsabilidade nas emissões do país. Essa arrecadação deverá financiar uma política estruturada de combate a insegurança alimentar e produção agroecológica, a recomposição de estoques públicos de alimentos, o PAA, ajuda para agricultores impactados por extremos climáticos e valorização do bolsa família (conforme o PLP 48/25 do PSOL).
3. Demarcação imediata de terras indígenas, titulação e regulação fundiária dos territórios quilombolas, dos territórios pesqueiros e demais povos e comunidades tradicionais, com devidas desintrusões e erradicação da mineração ilegal.
4. Instituição de um plano nacional de transição agroecológica, com políticas de redução gradativa do uso de agrotóxicos e de transgênicos. Criação de plano nacional de reforma agrária popular e agroecológica, aumento dos subsídios para a agricultura familiar e camponesa, e apoio às economias comunitárias e tradicionais, como garantia;
5. Fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, apoio ao PL 1725/2025, que torna a Amazônia zona livre da exploração de combustíveis fósseis.
6. Estabelecimento de um plano arrojado de investimento público e de incentivos fiscais direcionados à transição energética voltada à utilização local, por meio da produção

doméstica e descentralizada das energias renováveis. Avançar no marco legal e nas políticas de governança voltados à regulamentação das usinas de produção de energias renováveis para exportação de hidrogênio verde, garantindo os direitos humanos e as reparações aos povos impactados por este modelo de produção de energia, assegurando as salvaguardas socioambientais e a prevenção de impactos nos territórios;

7. Desmatamento zero, limitação a expansão pecuária na Amazônia e rastreio efetivo de todo o rebanho bovino, regeneração de áreas devastadas e de pastagem, limites para a ampliação da produção de monoculturas de soja e milho sobre a Amazônia e o Cerrado, revisão dos processos de planejamento de corredores logísticos agro-exportadores, cancelamento do projeto da Ferrogrão e fim das tentativas de asfaltamento da BR 319;

8. Apoio à PEC que inclui a Caatinga e o Cerrado nas áreas protegidas constitucionalmente. Compromisso com a realização e a efetivação de um plano nacional de combate à desertificação no semiárido nordestino. Incorporar os biomas Pantanal e Pampa nas diversas políticas de proteção e manejo sustentável, especialmente considerando os severos impactos climáticos.

9. Combate ao racismo ambiental, ampliação das políticas de redução de risco climático e adaptação nas periferias urbanas, com valorização das tecnologias sociais e comunitárias, preservação das áreas de mananciais e expansão da cobertura vegetal das cidades;

10. Desenvolvimento e consolidação de políticas de planejamento urbano, transporte público de qualidade e gratuito, saneamento básico, habitação popular e reciclagem de imóveis ociosos sob a perspectiva da justiça climática, articuladas com a luta por uma reforma urbana popular, o direito à cidade em sua dimensão radical e orientadas por uma transição ecossocial;

11. Fortalecimento das economias circulares, com o combate à obsolescência planejada e à descartabilidade, o apoio às políticas de reciclagem, estímulo à cooperativas de catadores e cooperativas solidárias com impacto ambiental positivo, combate à precarização do trabalho e promoção da inclusão de todas as trabalhadoras e trabalhadores, formais e informais, nos processos de transição ecológica;

12. Valorização dos conhecimentos indígenas, quilombolas, periféricos e tradicionais, inclusão da sociedade civil nos processos decisórios, respeito ao direito de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa Fé, conforme estipulado na convenção 169 da OIT, e garantia de saúde e educação para povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais;

13.Retrada de todos os gastos e investimentos relativos ao meio ambiente e à necessária transição ecológica das restrições impostas pelo arcabouço fiscal, incluindo os servidores. Fortalecimento dos órgãos ambientais como IBAMA, ICMBio e FUNAI, ampliação da proteção a pessoas ameaçadas no campo e na floresta, bem como a ratificação do Acordo de Escazú pelo Congresso Nacional e sua efetiva implementação.

Convocamos a militância do PSOL a participar em especial dessa agenda em Belém durante a COP:

10/11 - Abertura da COP 30

10/11 - 15h30 as 16h30: O papel da mobilização popular no enfrentamento da crise climática - Local: pavilhão Brasil

8 a 11/11 - Encontro Ecossocialista Latino-americano e Caribenho - Unama

11/11 - 17h - Marcha pela Saúde e pelo Clima

Local: Embaixada dos Povos

12/11 - 9h - Barqueata de abertura da Cúpula dos Povos

13/11 - 9h - Plenária Socioambiental do PSOL na COP / PSOL Pelo Brasil

Local: Sede do PSOL/PA

13/11 - 15h - Debate - Da Amazônia à Palestina: o combate ao ecogenocídio e a luta por justiça climática

Local: Auditório H2 - UFPA

13/11 - 18h - Encontro Sociedade e Parlamento - Organização: GT Clima - Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara Federal - Local: Casa Ninja Amazônia

13 e 14/11 - 14 às 18h - Atividades enlaçadas da Cúpula dos Povos em construção com parceiros - UFPA

14/11 - 8h30 - Encontro Internacional de Parlamentares e Sociedade Civil por Justiça Climática

Local: Centro de Convenções Benedito Nunes - UFPA

15/11 - 9h - Marcha Global

Local: Mercado de São Brás

16/11 - 9h - Encontro da Rede Futuro

Local: Embaixada dos Povos

16/11 - Encerramento da Cúpula dos Povos

Local: UFPA

18/11 - 9 às 16h - Encontro Internacional pelo fim dos combustíveis fósseis

Local: Embaixada dos Povos